

Adriano Moreira

DIAS SEM OCASO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO
DIAS SEM OCASO

AUTOR
ADRIANO MOREIRA

EDITOR
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CONCEPÇÃO GRÁFICA
SUSANA MARQUES
ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA

ISBN
978-972-623-107-3

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa
R. Academia das Ciências, 19
1249-122 LISBOA
Telefone: 213219730
Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt
Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015
Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

DIAS SEM OCASO

Adriano Moreira

Talvez a narrativa do envelhecimento tenha necessariamente de ser múltipla, porque são diferentes: as perspectivas evolutivas dos responsáveis pela governação que gerem os recursos públicos destinados a responder às exigências da debilitação dessa parte da população; as perspectivas evolutivas da juventude cuja primeira experiência da velhice é de regra a sua dependência geracional; as perspectivas dos velhos, variáveis em função das múltiplas diferenças que dão especificidade à circunstância, no sentido de Ortega, de cada um dos grupos em que a velhice se multiplica; e finalmente a perspectiva singular do percurso de vida de cada homem.

Pela inevitável circunstância de a vida decorrer em sociedade, a perspectiva da relação das governações com a velhice é crescentemente exigente de avaliação e perspectiva éticas. Acontece, todavia, que a predominância do globalismo económico, a teologia de mercado a que temos estado submetidos, e que fala pelas estatísticas aos crentes, também submete tendencialmente os velhos à definição que essa enigmática voz aconselha.

Para primeira crítica, note-se que tal resposta, a qual, neste plano utilitário tende para ser de fidelidade estatística antes de ser juridicamente imperativa, tem uma distante referência valorativa, enunciada pela ONU, sintetizada na expressão “envelhecimento activo”.

Todavia, a definição legalmente imperativa, que determina o início da velhice, por exemplo aos 65 anos de idade, é possível que acentue a tendência para não ser determinada com base nas debilidades que acompanham o envelhecimento, nem os cuidados programados terão uma dimensão estabelecida a partir da mesma base. Isto porque um padrão legal de envelhecimento activo, que no caso significa utilidade social reconhecida, é uma decisão de um poder político instalado, orientado por uma inevitável e prévia adesão ideológica.

De algum modo, a teoria do envelhecimento activo, ao articular programas e políticas, não elimina o risco de uma dogmática decisão de perda de capacidades, com limitada atenção, o que foi sublinhado pela própria intervenção da ONU, aos casos em que os atingidos continuam capazes de serem autónomos e independentes, sem graves deficiências físicas.

Tendo em vista a orientação que, olhando ao dogmatismo da estatística, organiza instituições e programas que são para os idosos a réplica dos que têm em vista os pobres e incapazes, tal intervenção parece chamada a crescer de dimensão e custos à medida

que as sociedades agrárias perdem a estrutura secular, e com ela a segurança familiar que partilhava afectos e recursos, amparada pelas organizações religiosas, também pela filantropia. O abrandamento ou extinção dessas funções de raízes medievais, fez crescer paralelamente o apelo ao programa público das sedes governativas, chamadas a responder à vida habitual com base em filosofias sociais variadas, e obrigadas a enfrentar as crises de disfunção da economia, ou as crises causadas pela violência interna ou externa, pelos desastres naturais, pelas doenças endémicas, pelas alterações revolucionárias ou lentas das ordens económicas, religiosas, políticas.

Justamente as aceleradas mudanças da governança mundial, as ameaças e os desastres da natureza agredida e da paz violada, tudo obriga a pensar sobre a definição e estatuto dos idosos, frágeis perante esse turbilhão, no futuro cujos sinais já vão requerendo leitura. Tal futuro, nas décadas próximas, será condicionado, para além daqueles desastres, pelos avanços da ciência que vão alongar a duração da vida, seguramente oferecendo uma melhor qualidade de vida, mas fazendo crescer o peso dos idosos na programação financeira de todas as instâncias interventoras, e sobretudo do Estado. A relação entre activos e inactivos torna-se preocupante, as capacidades financeiras, em crise, do Estado social são desafiadas, as definições dos direitos humanos são revistas.

A debilidade orçamental dos Estados, o desastre do sistema financeiro global, a decadência induzida na economia real, não vaticinam que o relativismo que mina as sociedades ocidentais, a crueldade que se abate sobre o multiculturalismo caótico que está a ser dinamizado pelas carências desafiantes do direito à vida e à sustentação da vida na geografia da fome, não é seguro que não venham a orientar a relação sociedade-idosos por um paradigma, embora mais benigno, do que aquele que já envolve os *povos mudos* e os *povos descartáveis*, povos aos quais não é reconhecido o direito de intervir no diálogo global, povos eliminados pelos genocídios que não param.

A crescente debilitação do *Estado social* deu avisos suficientes no sentido de que a vigilância activa do humanismo tem de ser mobilizada para dar uma resposta positiva ao apelo da ONU.

Por isso, não é certamente à visão estatística e grupal que pode consentir-se que esgote o quadro das inquietações com o envelhecimento, é antes a mobilização dos compromissos éticos que cresce de urgência, e são as histórias de vidas que mais devem inspirar as opções governativas, e as resistências da sociedade civil aos desvios tecnocráticos.

Um dos contos de Eça de Queiroz, recordado recentemente por Carreira das Neves, intitulado “A Perfeição”, imagina Ulisses fatigado pela beatitude em que vivia na ilha Ogigia, nos braços acolhedores da deusa Calipso e desfiando estas lamentações: “Ó deusa, há oito anos, oito anos terríveis, estou privado de ver o trabalho, o esforço, a luta e o sofrimento... Ó deusa, não te escandalizes! Ando esfaimado por encontrar um

corpo arquejando sob um fardo; dois bois fumegantes puxando um arado; homens que se injuriam na passagem de uma ponte; os braços suplicantes de uma mãe que chora; um coxo, sobre a muleta, mendigando à porta das vilas... Deusa, há oito anos que não olho para uma sepultura...”

A impossibilidade não assumida de regressar a esse encontro de vitalidades em combate, é um passo definitivo para a angústia do Outono dos dias, para a tristeza do amarelecer das folhas, para o desperdício das últimas unidades de vida disponíveis. Porque é em unidades de vida que se mede o tempo em relação ao qual apenas é possível ensaiar não o desperdiçar, porque ele não para de nos esgotar os recursos.

Sobrevivência aos que foram de uma geração e maneira de viver, amar, e morrer; solidão em face de um *mundo novo* que tende para ignorar as raízes, acreditando que o futuro é anunciado pelas estatísticas. De facto, tentamos implantar o paradigma segundo o qual cada pessoa é um fenómeno que não se repete na história da humanidade, e que por isso o seu valor é inalterável na vida, e a sua memória é um alicerce do futuro. É o que intenta a Academia das Ciências de Lisboa com este curso, entregue à direcção, competência, e entusiasmo da Professora Maria Salomé Pais, com resultados já notáveis.

*(Comunicação apresentada na abertura do II Ano Lectivo
do Instituto de Estudos Académicos para Séniores
a 10 de Outubro de 2011)*